

INTERVENÇÕES URBANAS: SIMILITUDES E DIFERENCIAÇÕES CONCEITUAIS

Silvana Sousa Silva¹

Antonio Façanha²

Resumo: Na abordagem dos processos no âmbito da dinâmica espacial urbana, frequentemente são verificadas ações para a promoção de intervenções com características diversas e adoção de terminologias diferenciadas. Diante dos processos, objetivou-se com o presente artigo desenvolver discussões dos conceitos adotados para as intervenções urbanas, com ênfase em áreas centrais das cidades, destacando-se as similitudes e diferenciações. Para tanto, adotou-se a pesquisa em fontes secundárias correspondendo ao levantamento de referencial teórico, fundamentado em autores que desenvolveram abordagens conceituais sobre o tema. O levantamento dos conceitos revelou a coexistência de processos diversificados, que assumem semelhanças e particularidades conforme o contexto enfocado. Destacando-se a necessidade da compreensão dos conflitos, que emergem na busca pelo atendimento de objetivos contraditórios.

Palavras-chave: Dinâmica espacial; Intervenções urbanas; Conceitos.

URBAN INTERVENTIONS: SIMILARITIES AND DIFFERENCES CONCEPTUAL

Abstract: In addressing the processes within the urban spatial dynamics, are frequently observed actions to promote interventions with different characteristics and adoption of terminologies differentiated. Given the processes aimed to with this article, discussions of developing concepts adopted for urban interventions, with emphasis on central areas of cities, highlighting the similarities and differentiations. To this end, it was adopted the research on secondary sources corresponding to the theoretical surveying, based on authors who have developed conceptual approaches on the topic. The survey of concepts revealed the coexistence of diverse processes, which take similarities and particularities contextually focused. Highlighting the need for further understanding of the conflicts that emerge in the search for fulfillment contradictory goals.

Keywords: Spatial dynamics; Urban interventions; Concepts.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Pesquisadora do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR). syllsousa@hotmail.com.

² Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI). facanha@ufpi.edu.br.

INTRODUÇÃO

A dinâmica das relações sócio-espaciais desenvolvidas no âmbito do urbano permite a consecução de processos diversificados, cujos reflexos podem ser expressos nas formas e funções que se desenham, buscando o atendimento dos objetivos coexistentes. Esses processos, em muitos exemplos, apresentam contradições que influenciarão as iniciativas orientadas para determinados espaços e seus equipamentos.

A observação da reprodução espacial aponta características que sinalizam as particularidades das demandas, associadas aos anseios dos agentes sociais para a atuação no urbano. Nesse sentido, são fomentadas as intervenções urbanas cujos exemplos são notáveis em diferentes momentos, na medida em que elas assumem perspectivas diversas, conduzindo à adoção de terminologias em consonância com a conotação expressa.

O presente artigo é resultado da revisão desenvolvida na dissertação de mestrado, que apresentou análises críticas sobre as contradições verificadas no âmbito das intervenções urbanas (AUTOR, ANO). Do exposto, objetivou-se desenvolver discussões dos conceitos adotados para as intervenções urbanas, com ênfase em áreas centrais das cidades, destacando-se as similitudes e diferenciações. Para tanto as análises ora apresentadas, consideraram a relevância da compreensão dos limites e possibilidades oferecidos pela mobilidade das fronteiras dos ramos do conhecimento, na medida em que as discussões sobre as intervenções têm aportes construídos por disciplinas diversas (SPOSITO, 2006).

O desenvolvimento do objetivo delimitado para as atividades foi auxiliado pela pesquisa em fontes secundárias, correspondendo ao levantamento de referencial teórico composto por autores que desenvolveram abordagens do tema em estudo. As publicações utilizadas foram identificadas, para o conhecimento inicial dos assuntos trabalhados e associadas à atividade de fichamento. Integrando as referências adotadas, destacam-se os livros e artigos científicos publicados em meios impressos e digitais, permitindo a fundamentação em autores como Alves (2011), Carlos (2007), Corrêa (1999, 2005), Choay (1965), Tourinho (2006), Vargas e Castilho (2006), Vasconcelos e Melo (2006), Yazigi (2011), dentre outros.

PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA: DEBATES NA ÁREA CENTRAL

A reprodução espacial do/no urbano permite o reconhecimento de diferentes características, que resultam na configuração de áreas detentoras de aspectos particulares. As observações são fundamentadas por Corrêa (1999) ao identificar as ações dos agentes produtores do espaço, direcionados pelos interesses particulares ou de um grupo, na elaboração de atividades orientadas para uso dos espaços. Em consonância com as características, são produzidos contextos que revelam áreas vazias, ausência de infraestrutura e abandono de recortes como a área central.

Ademais, os espaços das cidades demonstram a justaposição de processos, atuando na constituição de recortes. Estes apresentam características, que se sobressaem como resultado das iniciativas da produção dos agentes e suas ações. Não obstante, a dinâmica dos processos resultantes das contradições das relações

sócio-espaciais, associadas à intensa contradição entre interesses, concorre para a existência de realidades particulares.

A ênfase na observação de características que compõem a área central demonstra que essa desenvolve um papel significativo nas cidades, na medida em que concentra formas e funções essenciais para o seu funcionamento. A vivência de processos diversificados permite a identificação de contextos, que expressam desde uma imponente dinamicidade até situações de abandono.

A área central, no entanto não perde completamente algumas funções inerentes, como exposto por Corrêa (2005, p.124), ao afirmar que quando se considera as demandas do capital “[...] a área central constituía na segunda metade do século XX e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização dos lucros”. Ou seja, diante da consecução de processos justapostos nas cidades, esse espaço ainda apresenta compatibilidade com cenários de atratividade para atividades, como àquelas que compõem setor terciário.

A localização, em alguns exemplos com fluxos radiocêntricos, exerce papel estratégico na cidade, somando-se a fatores como a presença de um número notável de órgãos administrativos e outros equipamentos que mantém um significado preservado, embora possam apresentar intensidades variadas e dificuldades de manutenção.

Discorrendo sobre os processos do/no centro, Tourinho (2006), ressalta que este se caracteriza por ser um espaço qualificado pelos aspectos simbólicos e formais, com difícil apropriação e impossibilidade de uniformização, não sendo, portanto democrático ou homogêneo. Além disso, ele é constituído pelas identidades de lutas e diferenciação na organização das atividades sociais.

Diante da abrangência de formas, funções e agentes atuando nesse recorte, frequentemente visando à promoção de intervenções urbanas, são conduzidos programas para conferir ações como o resgate de elementos inseridos nesse espaço, considerando demandas das características preexistentes. Em consonância com as assertivas, verifica-se que a área central é composta:

[...] por um ou diversos bairros, densamente urbanizados e consolidados, que contam com infraestrutura urbana, concentrando serviços, equipamentos culturais e urbanos e de transporte coletivo e que, em muitos casos, polarizam o emprego na cidade. As áreas urbanas centrais são bairros de uso misto, que concentram diversidade de serviços, comércio e oportunidades e contam com características que os identificam e permitem seu reconhecimento, quer devido a sua arquitetura, ao período histórico que foi edificado, aos equipamentos culturais e urbanos existentes, etc.[...] (BRASIL, 2013).

Considerando as particularidades de áreas centrais nas cidades, uma tipologia pode ser elaborada quando pensadas as intervenções urbanas, sob a ótica das similitudes e diferenciações. Nessa perspectiva, sobressaem-se as “áreas centrais tradicionais sem interesse do mercado”, que compreendem os centros tradicionais com perda de atividades, gerando estagnação do crescimento. A pequena atividade econômica auxilia a manutenção das formas dos imóveis, mas atua negativamente na conservação dos edifícios (BRASIL, 2013).

As “áreas centrais sob interesse do mercado do consumo cultural” verificam o abandono de atividades econômicas e preservação do acervo cultural. No entanto, são objeto de especulação do mercado turístico, com objetivos culturais. Complementam essas observações, as “áreas centrais sob interesse de especulação da terra”, onde são encontrados contextos de retenção de imóveis associados a usos e classes específicas, concorrendo para diferentes ofertas de trabalho que adensam o tráfego (BRASIL, 2013).

Destacam-se ainda as “áreas centrais sob necessidade de readequação”, que guardam características próprias demandando intervenções para modernização de infraestruturas e processos operacionais, voltados para o atendimento do mercado. Destacam-se ainda as “novas centralidades com problemas estruturais”, compreendendo áreas consolidadas, com concentração de atividades econômicas e crescimento desordenado. São identificadas também as “centralidades com conflitos sociais”, que se destacam pela intensa disputa entre grupos (BRASIL, 2013).

Encerrando os contextos verificados nas áreas centrais, especialmente relacionados aos aspectos de abandono de funções que implicam em influências nas infraestruturas, associadas às características assumidas pelos processos socioeconômicos no âmbito do recorte temporal, destaca-se a discussão das iniciativas de intervenções no que tange às ações, desafios e implicações.

Nesse sentido, sobressaem-se as características que demandam intervenções associadas à coexistência de formas, construídas em momentos diversos e a busca pela manutenção de referenciais. Mas também, às disputas pela construção de uma cidade atrativa, a partir da eliminação de usos compreendidos como inadequados. Nesse contexto, ganham contornos os debates e reivindicações pela promoção de alterações, para reorganizações que em muitos exemplos, refletem a incorporação desigual dos objetivos.

Assim são efetivadas intervenções, buscando modificar os aspectos que promovem a desvalorização do espaço, sob a ótica considerada. Diante da diversidade de termos empregados para a representação dos processos realizados, torna-se fundamental a discussão das ideias impressas nas terminologias, como raciocínio para a identificação dos contornos assumidos pelo processo.

A importância de observação quanto ao uso das palavras, é fundamentada por Souza (2012) ao afirmar que, frequentemente pode ser constatada a ausência de cuidados no emprego de vocabulários, utilizados para a leitura dos processos desenvolvidos no espaço urbano. Essas ações resultam na configuração de “visões de sobrevoo”, cuja constituição produz conceitos que não apresentam proximidade à realidade social. Essa visão atua fundamentando também a desconsideração das expectativas e valores dos agentes, implicando em considerações diferenciadas das metas nos planos e intervenções.

A exemplificação do emprego da “visão de sobrevoo” pode ser encontrada na análise das ações para intervenções que em muitos exemplos, são justificadas pela existência de degradação ou deterioração dos espaços. A observação dos termos segundo Vargas e Castilho (2006), revela que estão relacionados a perda de função e danos às estruturas físicas que implicam em redução de valor, quando pensados os aspectos econômicos. Assim deteriorar estaria relacionado ao estrago ou interiorização e a degradação ao rebaixamento ou desmoraonamento.

Por outro lado, ao apresentar análises desses vocábulos sob a ótica da reprodução das relações no espaço urbano, Souza (2012) defende que o emprego

dessas expressões, está relacionado a perspectivas que observam apenas a constituição da infraestrutura, desconsiderando a diversidade de relações que compõem a dinâmica sócio-espacial, que não está restrita à existência de formas estáticas. Além disso, não são envolvidos os aspectos culturais e políticos, demonstrando a adoção de uma visão que não está diretamente integrada com a realidade, partindo de uma leitura que desconsidera a atuação contraditória dos agentes.

Ademais, o enfoque do conceito de intervenções demonstra que este corresponde a uma analogia aos termos que compõem as ciências biológicas, em uma associação que permite a comparação com as ações da cirurgia. A submissão do organismo a uma operação está subsidiada na busca pela recuperação da saúde, manutenção da vida, reparação de danos decorrentes de acidentes ou ainda associado a padrões estéticos (VARGAS; CASTILHO, 2006).

A observação da terminologia das intervenções respaldada nas orientações das Cartas Patrimoniais, conforme Vasconcelos e Melo (2006), aponta que os planos urbanísticos ganham denominações acompanhadas do prefixo RE-reabilitação, revitalização, promovendo uma diversidade que demonstra a existência de metáforas. Nesse sentido, a investigação da origem e significado no tempo, constitui atividade relevante para a compreensão da aplicação das intervenções.

Diante dessas discussões, torna-se fundamental a análise dos termos que denominam essas ações, para conhecimento das características constituintes e identificação daqueles que estão mais próximos das reivindicações dos agentes, com heterogeneidades. A dinâmica das configurações que se desenvolvem no espaço urbano, indica que um conjunto diversificado de intervenções é efetivado, versando sobre questões que demandam discussões.

Na abordagem dos processos para intervenções, considerando a dinâmica e objetivos envolvidos, assim como os resultados assumidos e suas contradições, Vasconcelos e Melo (2006, p.66) afirmam que “[...] não se pode esperar que quaisquer desses planos represente uma intervenção indolor”. Por conseguinte, é possível inferir que essas iniciativas demandam observações sob a ótica dos agentes envolvidos, associadas aos objetivos impostos durante determinado intervalo temporal, como ação para o reconhecimento de semelhanças e diferenciações, limites e possibilidades.

INTERVENÇÕES PARA EMBELEZAMENTO URBANO E RENOVAÇÃO URBANA

A análise das demandas e as características das intervenções permitem a constatação de enfoques distintos, refletindo particularidades apresentadas nos momentos considerados. Buscando elucidar as iniciativas para intervenções urbanas, Choay (1965) aborda a reestruturação das cidades europeias, sob a crescente influência das modificações ensejadas nos meios de transporte e produção, relacionados ainda ao surgimento de novas funções urbanas.

Nesse processo, a autora destaca os objetivos de Haussmann para a adaptação de Paris às exigências do Segundo Império, nas perspectivas econômicas e sociais, atendendo aos anseios industriais. Nesse período, as intervenções estavam direcionadas especialmente para a alteração de infraestruturas refletidas, por exemplo, na racionalização de vias, abertura de

artérias, especialização de setores urbanos, criação de órgãos e instalação de indústrias nos subúrbios.

Discorrendo sobre as conotações desse período, Simões Jr. (1994, p. 14) denomina as ações como “Embelezamento Urbano”, composto pelas iniciativas que promoveram um urbanismo que adotava o uso corretivo para viabilizar entre outros “[...] a fluidez viária demandada pelas necessidades produtivas do novo sistema econômico, e ao mesmo tempo saneando disfunções de ordem social existentes no antigo tecido urbanizado [...]”.

O autor assinala ainda que essa intervenção foi frequente nas áreas centrais, principalmente por causa da coexistência de grande quantidade de aspectos que remontavam ao período medieval. Além disso, diante das características, observa-se que predominavam as ações para manutenção de aspectos do embelezamento e da monumentalidade, relacionadas às estruturas existentes reorganizadas conforme os novos ideais.

Observa-se, a configuração de uma organização social demandando ações que atuarão na constituição de espaços adaptados à realidade, como ressaltado por Vargas e Castilho (2006), no contexto das cidades europeias. Esse recurso está associado a objetivos estabelecidos pelo mercado capitalista, assim quando pensada a área central, constata-se a retomada de usos por parcelas da sociedade que haviam abandonado anteriormente.

Esse processo, no entanto, verificou alterações com o surgimento de objetivos que estavam voltados para o abandono dos contextos desenvolvidos nas cidades. As novas propostas pretendiam realizar intervenções intensas, em espaços que acumulavam processos que geravam entraves as perspectivas almejadas para o atendimento dos anseios de mercado, cujas exigências se ampliavam. Estas intervenções apresentavam o diferencial de não se identificar com os ideais de manutenção e beleza, rompendo com as formas construídas em outros momentos.

Nessa perspectiva, compondo as discussões que se relacionam aos conceitos, tem-se o desenvolvimento das ações para a promoção da modernidade, que conforme Choay (1965) tem seus alicerces constituídos pelas orientações da Carta de Atenas de 1933, elaborada a partir das discussões do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

A referida Carta representou as bases fundamentais para as intervenções progressistas estruturadas nos estudos do papel da cidade na região; habitação; lazer; trabalho; circulação e patrimônio histórico. Nesse enfoque a modernidade representava a palavra-chave, promovendo uma ruptura com os instrumentos que auxiliavam o resgate histórico.

Nesse momento, a caracterização contextual apresenta novas necessidades, passando a se destacar as ações englobadas sob a denominação de Renovação Urbana. Apresentando as particularidades dessas intervenções, Simões Jr. (1994, p.16) destaca a metodologia composta, “[...] pela filosofia do arrasa quarteirão, numa tentativa de “sanear” o espaço coletivo, eliminando áreas encortçadas e insalubres, criando novos polos comerciais e de serviços [...]”.

Esse raciocínio sugere que a renovação foi marcada predominantemente, pelo desinteresse na manutenção de referenciais que constituíram determinados espaços. Contribuindo para essa avaliação com ênfase na contemporaneidade, a partir dos desdobramentos possíveis, Yazigi (2011) associa a renovação às

demolições de edifícios, que acontecem de forma pontual ou ainda englobando maior extensão.

Essas ações são caracterizadas especialmente pela forte presença da iniciativa privada, que objetiva a ênfase na especulação ou razão simbólica. Assim, os edifícios existentes vão sendo demolidos para serem construídos novos que geralmente possuem o mesmo porte, mas com características dos elementos de modernidade.

A renovação pode permitir o aumento de habitantes em um determinado recorte, na medida em que estes passam a contar com melhores condições de instalação. Por outro lado, como são resultado de iniciativas privadas e frequentemente não possuem um plano de orientação, verifica-se o surgimento de problemas relacionados à carência de infraestrutura e circulação, reflexo do caráter pontual que vislumbra a construção de ações, por exemplo, em edifícios, mas desconsidera os problemas no entorno (YAZIGI, 2011).

A Renovação Urbana pode assumir ainda formas lineares ou em rede, quando parte de uma iniciativa oficial, estando relacionada ao sistema viário ou ao subterrâneo. Esta intervenção está ligada às redes, na medida em que as transformações se propagam em vários sentidos, permitindo a criação de fluxos e a incrementação dos usos. Nesse caso, alguns problemas podem ser constatados na medida em que, na maioria dos exemplos a vizinhança dessas operações não possui sistemas capazes de suportar o aumento dos fluxos, surgindo também a necessidade de renovação desses espaços (YAZIGI, 2011).

Diante das observações de renovações com características de atuação em recortes expressivos, depreende-se que a busca por intervenções que não prejudiquem o conjunto e amplie os resultados, deve estar associada à elaboração de um planejamento que englobe a dinâmica organizacional desses espaços. No entanto, a manutenção dos problemas ainda pode ser encontrada, pois frequentemente os planos estão orientados apenas para intervenções nos espaços lineares, não envolvendo a totalidade das estruturas.

O autor em análise assinala ainda a renovação por zonas, que corresponde a uma iniciativa governamental ou de empresa com grande porte. Essa ocorre em extensas áreas, estando destinada a elaboração de instrumentos para atividades culturais, estabelecimento de equipamentos para o lazer ou a promoção de transporte. O planejamento, nesse caso, considera os aspectos internos de determinado espaço em análise, mas também o conjunto geral de interações.

Nas considerações sobre os impactos provocados pela renovação, observa-se que inicialmente a área central concentra papel acentuado atraindo determinadas parcelas da população que, no entanto, em muitos exemplos foi abandonando esse recorte em busca de melhores condições. Gera-se assim um processo de ocupação por outras classes que encontraram vantagens como a proximidade do trabalho, os transportes e a infraestrutura urbana instalada. As intervenções radicais que buscam efetivar demolições ou remoções tendem a gerar debates, envolvendo agentes sociais distintos (YAZIGI, 2011).

As discussões revelam que as ações para a renovação dos espaços desconsideraram a organização existente e os agentes que desenvolveram atividades, visando preponderantemente à produção de espaços e instrumentos capazes de imprimir uma nova dinâmica para atender interesses restritos, relacionados à inserção ao mercado.

Nesse sentido, Vargas e Castilho (2006) complementam essas colocações ao destacarem as críticas relacionadas aos projetos, especialmente direcionadas a existência de novos edifícios construídos para denotar a modernidade, mas que não se associavam a dinâmica urbana, ou ainda o frequente deslocamento de população que habitavam esses locais, revelando a concretização de intervenções que não envolviam a participação da opinião popular.

Diante das críticas voltadas às práticas da Renovação Urbana, com a ausência de permanências de elementos que representam momentos diferenciados ou expulsão de pessoas consideradas impróprias para o espaço, mas que mantém identidade com o mesmo, surge a necessidade de repensar a prática. Nessa perspectiva são desenvolvidas iniciativas que defendem a constituição de características diferenciadas, quando comparadas as intervenções ensejadas.

REVITALIZAÇÃO COMO UMA PROPOSTA PARA UMA “NOVA VIDA”

A configuração de demandas no modo de vida urbano, associada às constantes críticas à renovação urbana, entendida como um conjunto de ações que implicavam em perda de referenciais concorre para a efetivação de alterações que geram iniciativas com conotações diferenciadas. O conceito de Revitalização Urbana contempla conforme Simão Jr. (1994) intervenções que visam promover a constituição de referenciais mais humanos com valorização histórica e simbólica, buscando o investimento em novas atividades como o turismo, o lazer e questões ecológicas a partir da promoção de uma vitalidade funcional que atuaria também na perspectiva socioambiental.

Abordando os processos que integram os debates acerca da revitalização urbana, Del Rio (1999) afirma que essa intervenção promoveu a inversão da lógica modernista fundamentada nos elementos positivistas, objetivando ultrapassar as ações da renovação urbana que promovia construções simplórias visando à assepsia, desconsiderando as questões culturais. Os processos nessas intervenções visavam à promoção de ações conjuntas e integradas, para a configuração de uma nova vida.

Observa-se que as propostas inseridas sob a referida terminologia, diferem dos ideais da renovação, que pretendia realizar fundamentalmente a constituição do novo. Complementando essas afirmações, Yazigi (2011) destaca que a Revitalização Urbana corresponderia a mudanças nas funções do edifício ou do espaço urbano com intervenção estrutural reduzida, compreendendo uma vida que estava relacionada à função social, podendo não se restringir ao edifício, na medida em que poderia incorporar também os espaços próximos. Nesse processo, ocorreriam alterações nas funções, com vistas à promoção de usos de diferentes agentes, conforme as particularidades dos seus objetivos.

A revitalização não pode ser abordada unilateralmente, pois como observa Yazigi (2011) ela pode ser realizada em locais abandonados não interferindo em atividades existentes, promovendo, portanto o resgate de espaços. Nesse sentido, sobressai-se a ideia de que a vida estaria relacionada à função social. Ademais, as revitalizações podem ser resultado de parceria entre o poder público e as empresas. Por outro lado, alguns exemplos demonstram que esses processos podem gerar um projeto cultural com acesso restrito.

As conceitualizações dos autores revelam um processo relacionado ao resgate das formas, que integram determinados espaços das cidades, buscando promover maior atração para atividades que podem obter facilidades, mediadas pelo uso dos equipamentos instalados. Pode-se encontrar ainda o retorno dos usos ou a atração de novos, auxiliando a valorização de recortes como a área central, que em muitos exemplos convive com constantes processos de abandono.

Torna-se indispensável ainda, a abordagem das variações assumidas pelos debates conceituais em torno das revitalizações. Ilustrando a assertiva, Ferrari (2004, p. 325) define a revitalização como ação que

[...] consiste em restituir a vitalidade do *patrimônio ambiental* que entrou em decadência formal e funcional. Como só é revitalizável aquilo que é vivo ou que é formado de seres visos, não tem sentido revitalizar um monumento, uma obra de arte. Por outro lado, são passíveis de revitalização as praças públicas, os centros urbanos deteriorados, os parques e áreas verdes (grifo do autor).

Diante da definição, a ação de revitalizar estaria associada às questões ambientais sem relação com a busca pelo atendimento de objetivos diversificados. Ademais, a terminologia permite a identificação de contradições, considerando uma leitura sob diferentes perspectivas, levantando os problemas existentes no significado do termo e nos resultados alcançados. Alves (2011) salienta que revitalizar estaria relacionado à promoção de uma “nova vida”, demonstrando uma rejeição aos agentes que compunham o espaço.

Nessa proposta, pode-se depreender que as ações para a promoção de revitalização, podem não envolver as expectativas desses agentes, por conseguinte seria possível entender que a vida existente não era aceitável, conforme as metas que predominavam quando se consideravam os usos, expondo dessa forma o acesso desigual às decisões ensejadas para espaços que receberiam as intervenções.

Este posicionamento leva a construção de reflexão que quando associada aos processos elaborados e efetivados, visam atender interesses orientados para a inserção dos espaços e seus equipamentos, nas disputas pela obtenção de reconhecimento. Nesse processo em muitos exemplos, são consideradas as atividades realizadas em cenário inercial que constituíram alvo de intensos debates reclamando por ações, para alterações nas relações contraditórias.

Diante dessas reivindicações, geralmente as atividades são deslocadas para outros espaços, na medida em que elas promoveriam uma desvalorização que atuaria negativamente quando se considerasse a busca pela obtenção de êxito, nas disputas pelo mercado no âmbito do urbano, mas também entre as cidades.

Somando-se a essas colocações, Carlos (2007, p.89) aponta as contradições que compõem a utilização do conceito de revitalização ao indicar que esse processo “[...] também produz a assepsia dos lugares, pois o “degradado” é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza”. Logo, observa-se que embora a revitalização tenha representado uma diminuição do radicalismo presente nos projetos para a renovação urbana, através das propostas para manutenção, é fundamental ressaltar que frequentemente as atividades realizadas que constituíam a vida no sentido da animação são

desconsideradas, revelando processos que contrariam as perspectivas do poder de decisão das iniciativas para reprodução espacial, pelas atividades dos grupos excluídos.

Trabalhando a importância da atenção que deve existir quando são utilizados os termos, Souza (2011) aponta que a revitalização traz a ideia de que o espaço estaria morto nas esferas estéticas, cultural e social, constituindo a perspectiva das elites, por conseguinte desagradando os agentes que na maior parte dos exemplos, não são ouvidos durante esse processo. Assim, na diversidade dos termos, o processo de estudo orientado por diferentes pesquisadores gera a produção de conceitos que visam superar as limitações dos demais, trazendo novas características diante das discussões que se elaboram na (re)produção do espaço urbano.

REABILITAÇÃO E RESTAURAÇÃO COMO POSSIBILIDADE PARA RESGATE DE USOS

No conjunto das características que integram as intervenções voltadas para a área central, surgem novas propostas que visam atuar na reprodução da dinâmica espacial. Nesse sentido, é possível elencar as ações que buscam o reaproveitamento das formas construídas em outros momentos, mas que sofreram o processo de abandono de usos ou ainda estão ocupadas por funções que divergem das originais.

Nessa perspectiva, destaca-se a Reabilitação Urbana, relacionado à recomposição de atividades, em associação com a iniciativa privada, cabendo em cada local a identificação da habilidade perdida, para elaboração de intervenções. Nessa intervenção, a ênfase está orientada para a busca pelo retorno da função de habitação, nos imóveis subutilizados (BRASIL, 2005).

Quando se analisa a política para reabilitação de áreas centrais no Brasil, sob a ótica das intervenções no âmbito da gestão pública, verifica-se que desde a década de 1990 os recursos do Governo permitiram a recuperação de imóveis, processo que por outro lado resultou na saída de moradores, que foram considerados inadequados para desenvolver atividade nesse espaço. Além disso, destaca-se a ênfase nas iniciativas para que essas áreas pudessem adquirir papel relevante para o comércio, relacionada ainda a proposições voltadas para a atividade turística (BRASIL, 2005).

No universo das terminologias e proposições que integram as intervenções, a reabilitação está voltada para atuação contra os processos de abandono de áreas centrais, denotando a ênfase na função de habitação, como recurso que permitiria a atuação junto a questões comumente verificadas, sobressaindo-se a ausência ou redução do fluxo de uso noturno.

Analisando exemplos práticos dessas intervenções, Bernal (2005) destaca que a busca pela atração de pessoas para morar em áreas centrais, constitui alternativa para a valorização e reaproveitamento das estruturas existentes, muitas vezes subutilizadas, considerando o cenário de destruição das casas e a promoção de uma reestruturação, sendo observadas também ações para reorganização da infraestrutura.

A reabilitação com ênfase no retorno de moradores, para a área central pode representar maiores potencialidade de manutenção das formas construídas,

Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(1): 60-73, jan./jun. 2014 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

mediada pela construção de relações ativas com essa parcela da cidade que em muitos exemplos, guarda elementos que remontam aos momentos de origem das cidades cuja expansão teve início a partir desse núcleo.

No conjunto das intervenções, podem ser destacadas iniciativas voltadas para o resgate de características originais das formas, no processo denominado de Restauração Urbana. Yazigi (2011) ressalta que ela está destinada a devolver a forma original de obras e edifícios, efetivadas em instrumentos que guardam relevante valor para o resgate histórico, pois exigem investimentos significativos, implicando em maiores dificuldades para efetivação.

Essas observações são discutidas por Vargas e Castilho (2006), ao abordarem processos orientados para a preservação urbana. As intervenções pressupõem notadamente ações para resgate de edifícios, imprimindo novos *status* a partir de iniciativas que contrariam as perspectivas modernistas de renovação, cujas metas estariam eminentemente pautadas na eliminação de referenciais.

Depreende-se, portanto que as intervenções orientadas pelo ideal de manutenção, constituem alternativas aos modelos que buscam a promoção de novos usos. No entanto, é necessário destacar que os altos custos, resultam na pequena aplicabilidade da restauração, restrita em muitos casos a espaços que concentram patrimônio histórico-cultural com relevância e que passam pelo processo de tombamento, pois envolvem interesses contrastantes, destacando-se as acentuadas rejeições dos proprietários voltados para os ideais de arrecadação de lucro.

INTERVENÇÕES PARA REQUALIFICAÇÃO URBANA

A dinâmica do ritmo das transformações que caracterizam a (re)produção espacial urbana impõe desafios, que influenciarão as características adquiridas pelas intervenções. As modificações estão relacionadas, por exemplo, à manutenção de formas e à crescente atuação de grupos que objetivam o atendimento de interesses.

Assim, enquanto no passado as intervenções ocorriam em décadas ou séculos, o ritmo atual das mudanças, exigem intervenções em intervalos de tempo ainda menor, na medida em que o surgimento de inadequações no tecido urbano apresenta maior frequência. Esse contexto é formado por um conjunto de características compreendidas como empecilho, quando considerada a busca pelo atendimento dos anseios, por exemplo, do mercado (YAZIGI, 2011).

O autor ressalta que a requalificação não se restringe apenas aos centros tradicionais, podendo ser efetivadas em espaços diversos, visando atender a organizações que se diferenciam da área central. Além disso, a adoção dessas intervenções está associada a ações referentes à totalidade urbana, por conseguinte sua atuação envolve processos com maior abrangência, possibilitando a diferenciação das demais intervenções. Correspondendo, portanto a um conjunto de processos voltados para ações nos equipamentos e reorientação da dinâmica espacial urbana.

Em consonância com as observações, Gadens, Ultramari e Rezende (2007) ressaltam as principais iniciativas que compõem as intervenções que adotam essa terminologia. Ganha contorno nessas iniciativas, a reabilitação de áreas que vivenciaram o abandono de atividades, a restauração do patrimônio construído,

reciclagem de equipamentos como praças e edifícios, tratamento estético de fachadas, redefinição de usos, intervenções na limpeza, melhoria da acessibilidade e organização das atividades econômicas.

As discussões demonstram que a requalificação urbana pressupõe um conjunto de intervenções incorporando processos amplos, cuja atuação possibilitaria a concretização de resultados diversificados, na medida em que seria contemplada uma síntese das orientações para as intervenções, sublinhadas pelas terminologias construídas para designar características específicas.

Considerando os processos sob a égide da requalificação urbana, torna-se relevante ainda a apreciação do conceito, sob uma ótica que incorpora o reconhecimento das contradições. Nessa tarefa, Alves (2011) descreve inicialmente a composição de um cenário, caracterizado pela existência de elementos concorrendo para a desvalorização do espaço podendo ser representado, dentre outros, pelos prédios abandonados. Destacando-se ainda, o surgimento de inadequações sob a ótica do mercado quando se verifica, por exemplo, a presença de população com baixo poder aquisitivo, relacionadas também a presença de atividades informais.

O fortalecimento dessas características, em muitos exemplos, respalda o encaminhamento de proposições para planejamento, defendendo argumentos de requalificação. Ademais os enfoques adotados reafirmam a promoção de estratégias para favorecer agentes específicos. Ao assumir essas demandas, frequentemente não é assegurada a manutenção de atividades que passam a ser consideradas “desqualificadoras”. Ademais, as relações de determinados agentes com esse espaço e seus equipamentos são ignoradas.

Verifica-se, portanto que a intervenção para a requalificação, está agregada a atuação em escalas com maior abrangência. Embora não assuma pressupostos das iniciativas radicais que rejeitavam determinadas formas e funções, as ações sob essa terminologia compreendem intervenções que guardam contradições, na medida em que é possível destacar a predominância de processos de produção voltados para o atendimento de objetivos, que revelam o papel preponderante de agentes específicos na (re)produção do espaço urbano.

CONCLUSÃO

O reconhecimento das características que compõem o conjunto de conceitos adotados para abordagem das intervenções urbanas, demonstra a coexistência de processos que assumem semelhanças, mas também particularidades concatenadas às metas que se sobressaem no contexto focado.

Nesse sentido, a leitura dos conceitos permite a identificação de intervenções, orientadas para a efetivação de ações que compreendem a exclusão total de referenciais compostos em momentos diversos, mas incompatíveis, como ideal da modernização na busca pela atratividade nos espaços, como a área central. Por outro lado, é possível verificar também a busca pela manutenção de formas, contemplando as modificações e os ideais pensados para a cidade.

A observação da dinâmica dos espaços que verificam a consecução de intervenções fundamentadas em objetivos diversos, sob a ótica das análises da Geografia englobando as terminologias e finalidades dos processos, demonstra a existência de múltiplas conotações assumidas pela (re)produção espacial, a partir de

modificações nas funções caracterizadas pelos novos usos das formas para atividades culturais, turísticas, de serviços, dentre outras, podendo-se trabalhar ainda na busca pelo resgate de funções, como àquelas orientadas para a habitação ou administração pública.

Portanto, destaca-se a necessidade da compreensão dos conflitos que emergem na busca pelo atendimento de objetivos, que frequentemente são contraditórios. Nessa perspectiva, a identificação da configuração de similitudes e diferenciações entre conceitos, demonstra a dinamicidade que integra esses processos, refletindo os objetivos contemplados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da A. A requalificação do centro de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 109-118, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100008&lang=pt.>. Acesso em: 31 mar. 2012.

BERNAL, Maria C. C. Centro de Fortaleza: reabilitação urbana para quem? **Mercator**, Fortaleza, ano 4, n. 7, p. 49-56, 2005. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/109/81>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de centros urbanos**. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério das Cidades. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. **Reabilitação Urbana com foco em áreas centrais**. Módulo II. Brasília, DF, 2013.

CARLOS, Ana F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur edições, 2007.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CORRÊA. Roberto L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. Roberto L. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEL RIO, Vicente. Em busca do tempo perdido. O Renascimento dos Centros Urbanos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 01, n. 006.10, nov. 2000. Não paginado. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/963>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

GADENS, Letícia; ULTRAMARI, Clóvis; REZENDE, Denis A. Irracionalidades urbanas e requalificação de áreas centrais. **REDES**. Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3,

Estudos Geográficos, Rio Claro, 12(1): 60-73, jan./jun. 2014 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

p. 21-35, 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/422/262>>. Acesso em: 25 out. 2011.

SIMÕES JR., José G. **Revitalização de centros urbanos**. São Paulo: Pólis, 1994. (Publicações Pólis, nº 19).

SOUZA, Marcelo L. de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L de; SPÓSITO, Maria E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 147-166.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TOURINHO, Andréa de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; CARLOS, Ana F. A. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 227-299.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana L. H. de. Intervenções e, centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana L. H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, São Paulo: Manole, 2006, p. 1-52.

VASCONCELOS, Lélia M de; MELLO, Maria C. F. de. Re: atrás de, depois de. In: VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana L. H. de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, São Paulo: Manole, 2006. p. 53-66.

YAZIGI, Eduardo. Funções culturais na metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do centro de São Paulo. In: CARLOS, Ana F. A.; CARREIRAS, Charles (Org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 81-97.

Agradecimentos

A CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado.

Artigo submetido em: 13/03/2014

Aceito para publicação em: 07/07/2014

Publicado em: 04/11/2014